



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 00091.010525/2021-14)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos de trabalho (COLDRES E PORTA-CARREGADORES), para os servidores que se utilizam de armamento - em treinamento continuado e/ou para emprego em suas atividades funcionais - a fim de atender às necessidades da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:


ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	<p>COLDRES EXTERNOS (OUTSIDE THE WAISTBAND - OWB) QUE ATENDAM ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none">• Moldagem: o coldre deverá ser moldado, em ambas as faces, exclusivamente para a pistola marca Beretta, modelo APX Full Size, calibre 9x19mm, sem acessórios (as armas estarão equipadas com miras metálicas auto luminescentes do tipo "três pontos"). Para garantir a segurança do operador, o coldre deverá cobrir completamente o guarda-mato e proteger o gatilho de acesso involuntário;• Material: polímero termomoldável rígido de alta resistência, conforme modelo de referência abaixo descrito, ou de melhor qualidade;• Acabamento: liso polido em toda extensão da borda do coldre, para que se evite arranhar a arma;• Espessura do material: mínimo de 1,2mm e máximo 2mm, para que se mantenha as características de resistência sem acréscimo excessivo de peso;• Passador de cinto: em polímero rígido ou metal, de cor escura, que permita o uso com cintos de até 45mm (quarenta e cinco milímetros) de largura. Não será aceita placa anatômica por aumentar o volume da peça;• Regulagens: regulagem de altura e inclinação na cintura. Regulagem de pressão do coldre na arma (por parafuso ou parafusos);	150170	unidade	275	R\$ 323,67	R\$ 89.009,25

	<ul style="list-style-type: none"> • Retenção: um nível de retenção por pressão, ajustável por parafuso ou parafusos, localizados à frente do guarda-mato. A arma não poderá se desprender do coldre se o mesmo for virado para baixo; • Cor: carbono preto ou preto; • Modelo: deverá haver disponibilidade de coldre destro e canhoto, na proporção de 96% e 04%, respectivamente; e • O coldre não deve produzir ruído ao chacoalhar, com ou sem a pistola coldreada. • Marca e modelo referência: CH Coldres, coldre Kydex OWB 1R – Externo – Beretta APX, ou de melhor qualidade. 					
2	<p>COLDRES INTERNOS (INSIDE THE WAISTBAND - IWB) QUE ATENDAM ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moldagem: o coldre deverá ser moldado, em ambas as faces, exclusivamente para a pistola marca Beretta, modelo APX Full Size, calibre 9X 19mm, sem acessórios (as armas estarão equipadas com miras metálicas auto luminescentes do tipo "três pontos"). Para garantir a segurança do operador, o coldre deverá cobrir completamente o guarda-mato e proteger o gatilho de acesso involuntário; • Sweat Guard alto: o coldre deverá oferecer 	150170	unidade	275	R\$ 729,27	R\$ 200.549,25

proteção lateral, junto a corpo, que acompanhe todo o ferrolho do armamento;

- **Material:** polímero termomoldável rígido de alta resistência, conforme modelo de referência abaixo descrito, ou de melhor qualidade;
- **Acabamento:** liso polido em toda extensão da borda do coldre, para que se evite arranhar a arma;
- **Clip de Cinto:** totalmente em metal com pintura eletrostática em cor escura ou totalmente em polímero de alta resistência em cor escura;
- **Espessura do material:** mínimo de 1,2mm e máximo 2mm, para que se mantenha as características de resistência sem acréscimo excessivo de peso;
- **Regulagens:** regulagem de inclinação do clip de fixação no cinto, de modo que o usuário possa regular o equipamento para seu conforto. Regulagem de pressão do coldre na arma (parafuso ou parafusos de regulagem de retenção localizados à frente do guarda-mato);
- **Fixação:** com um ou mais cliques de fixação no cinto, fabricados em metal ou material sintético rígido de cor escura, para cintos de até 45mm (quarenta e cinco milímetros) de largura, garantindo boa fixação do coldre para que o mesmo não se desprenda no momento do saque;
- **Flap ou asa:** acessório que aumenta a dissimulação da arma ao corpo. O acessório deverá ser removível. Recomendada a utilização quando o coldre estiver na parte frontal do corpo. Desnecessária a utilização do mesmo na lateral do corpo;
- **Retenção:** um nível de retenção por pressão ajustável por parafuso ou parafusos. A arma não poderá se desprender do coldre se o mesmo for virado para baixo;
- **Cor:** carbono preto ou preto;
- **Modelo:** deverá haver disponibilidade de coldre destro e canhoto, na proporção de 96% e 04%, respectivamente; e
- O coldre não deve produzir ruído ao chacoalhar, com ou sem a pistola coldreada.
- Marca e modelo referência: CH Coldres, coldre Kydex IWB – Interno – Beretta APX, ou de melhor qualidade.



						
3	<p>PORTA-CARREGADORES QUE ATENDAM ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moldagem: O porta-carregador deve ser moldado para utilização específica em carregadores originais da pistola marca Beretta, modelo APX Full Size, calibre 9x19mm; • Capacidade: 01 (um) carregador; • Material: polímero termomoldável rígido de alta resistência; • Fixação: com um ou mais cliques de fixação no cinto, fabricados em metal ou material sintético rígido, em cor escura, para cintos de até 45mm (quarenta e cinco milímetros) de largura, garantindo boa fixação do porta-carregador de maneira que o mesmo não se desprenda no momento da retirada brusca do carregador; • Regulagem: com parafuso ou parafusos de regulagem de pressão do porta-carregador sobre o carregador. O carregador não poderá se desprender do porta-carregador se o mesmo for virado para baixo; • Cor: carbono preto ou preto; • Modelo: deverá ser ambidestro; e • O porta-carregador não deverá produzir ruído ao chacoalhar, com ou sem carregador inserido. 	361337	unidade	275	R\$ 165,56	R\$ 45.529,00

1.1.1. **Todos os equipamentos devem ser específicos para pistolas Beretta Cal 9X19mm, modelo APX Full Size, cano 4,25" ou 108mm, não sendo aceita versão "universal" ou com adaptações.**

1.1.2. Tendo em vista as necessidades de porte não ostensivo, todos os materiais dos coldres e dos porta-carregadores devem ser de cor escura (preto ou carbono preto), visando tornar o porte o mais discreto possível, bem como evitar reflexos de luz.

1.1.3. Estabeleceu-se o tipo de material dos coldres e dos porta-carregadores como polímero termomoldável rígido de alta resistência tendo em vista a alta durabilidade, a resistência (inclusive à intempéries) e ao reduzido peso do produto final. Ressalta-se que o porte de arma de fogo deve ser realizado com equipamentos que causem o menor desconforto possível no operador, ao mesmo tempo que garanta a segurança e o rápido uso do armamento.

1.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitação técnica das especificações dos materiais constantes no CATMAT (comprasnet), as especificações técnicas completas do objeto licitado, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes neste Termo de Referência.

1.3. Para o item 3, a participação é exclusiva a ME/EPP (LC n° 123/2006, Art. 48, I).

1.4. Para que não haja prejuízo ao complexo do objeto, não há previsão de cotas reservadas para os itens 1 e 2 (Decreto n° 8.538/2015, Art. 10, II), pelas razões expostas a seguir:

1.4.1. É fato tecnicamente relevante que os acessórios para armamento devam se ajustar perfeitamente ao modelo da arma de fogo para que o seu porte e o seu saque sejam seguros e ergonômicos, proporcionando qualidade de empunhadura e de coldreamento, facilidade de aprendizado e praticidade.

1.4.2. A padronização das unidades de cada item do objeto desta contratação representa uniformidade para a instrução, para o treinamento e, consequentemente, para o uso com segurança do material pelo operador, que deve manter o seu adestramento sempre atualizado com os equipamentos que utiliza na execução da sua atividade. Assim, variação em acessórios para arma de fogo, mesmo que todas as diferentes unidades atendam às especificações determinadas neste TR para o item, representa risco à vida e à segurança física do operador de armamentos.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do recebimento da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços pois não haverá necessidade de contratações frequentes nem aquisição de bens com previsão de entregas parceladas à Administração (Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.1.1. O objeto pretendido é considerado bem comum, pois seu padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º da Lei 10.520/2002.

4.1.2. Os materiais que se pretende adquirir são encontrados em diversas empresas do ramo, possibilitando, dessa forma, concorrência e vantagem para a instituição.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto, nas obrigações da contratada ou no edital, como previsto como requisito para aquisição de bens na IN SLTI/MP nº 01/2010.

5.2. Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, verificou-se que o objeto desta contratação não está previsto entre aqueles que constam da parte específica do Guia.

5.3. Conforme consta no Anexo Pesquisa CATMAT (0429965), não foi encontrado código CATMAT Sustentável para o objeto desta aquisição.

5.4. As disposições constantes do art. 5º da IN SLTI/MP nº 01/2010 deverão ser observados na medida do possível pelo fornecedor.

5.5. Os acessórios a serem adquiridos deverão atender às normas impostas pelos seguintes órgãos:

5.5.1. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; e

5.5.2. Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

5.6. Os acessórios entregues pela futura contratada deverão atender aos códigos, normas, leis e regulamentos emitidos pelos órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais, e das empresas concessionárias de serviço público que estejam em vigor, desde que se refiram aos acessórios futuramente adquiridos.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-8314.

6.1.1. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; e 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$\frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	-------------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não há exigência de garantia contratual da execução por se tratar de compra com recebimento integral do objeto e pagamento após a Administração atestar se o material fornecido está de acordo com as descrições referentes à quantidade e à qualidade acostadas neste Termo de Referência.

15. **A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.1.1. A garantia de 12 (doze) meses é exigida para que se preserve o interesse público na continuidade da boa execução das atividades de inteligência desta Agência, uma vez que os itens objeto desta contratação são de boa qualidade e seu preço unitário justifica a reposição pela Contratada caso se verifiquem defeitos de fabricação.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. **Multa:**

16.2.2.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

16.2.2.2. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 16.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3, 16.2.4 e 16.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento

da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DA AMOSTRA

17.1. Após as fases de aceitação da proposta da empresa, será exigida da licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostras para os itens aceitos.

17.2. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos na especificação do objeto, conforme consta do Item 1.1 deste Termo de Referência. A incompatibilidade com a especificação do item resultará em sua reprovação.

17.3. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra na Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial, Área 5, Quadra 1, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-8314. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

17.4. O **ENVIO da amostra** deverá ocorrer no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro, para ser analisada pela fiscalização do contrato, a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto desta contratação. A fiscalização irá emitir parecer em que constará amostra "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". As peças fornecidas posteriormente de forma definitiva também serão submetidas a verificação.

17.4.1. No mesmo prazo de 10 (dez) dias úteis, **a licitante deverá encaminhar, ao pregoeiro, código para a rastreabilidade da amostra**, como o código de rastreamento dos correios, por exemplo.

17.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração na forma de amostra serão tratados como protótipos e poderão ser manuseados, desmontados, deformados e cortados para realização dos testes, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem. As amostras ficarão retidas para comparação com o material a ser entregue e só serão devolvidos à empresa depois da entrega definitiva do objeto da compra.

17.6. Os custos das amostras correrão exclusivamente às expensas da empresa licitante.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor será:

18.3.1. Prova de atendimento às especificidades do objeto desta contratação, constantes do item 1.1 deste Termo de Referência, por meio de aprovação, da amostra enviada pelo fornecedor, fruto de análise da fiscalização.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valor Global: R\$ 335.087,50 (trezentos e trinta e cinco mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

18.4.2. Valores unitários: conforme tabela contida no item 1.1 do Termo de Referência, anexo ao edital.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

19.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 335.087,50 (trezentos e trinta e cinco mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União - Plano Anual de Contratações (PAC/PGC) ABIN 2021, item nº 903, cuja descrição é "COLDRE" e Plano Anual de Contratações (PAC/PGC) ABIN 2022, item nº 68, cuja descrição é "COLDRE" - na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 110653

Fonte de Recursos: 0100

Programa de Trabalho: 192286

Elemento de Despesa: 33903028

Plano Interno: POA A0157

Brasília/DF, 24 de janeiro de 2022.

Eduardo Cordeiro Carpóforo da Rocha
Chefe do Sistema de Gerenciamento de Armas da ABIN
SIGABIN/COSAI/SEGOR/SPG

Wellington Sellis dos Santos
Coordenador de Segurança de Áreas e Instalações
COSAI/SEGOR/SPG

Daniel Baramili Fleury de Amorim
Coordenador-Geral de Segurança Orgânica
SEGOR/SPG

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Junho/2021

Referência: Processo nº 00091.010525/2021-14

SEI nº 0531334

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -